

---

# *HOMMES DE LETTRES E A HOMOSSEXUALIDADE: Discursos e pedagogias na primeira metade do século XX*

*Marcio Rodrigo Vale Caetano  
Dinah Quesada Beck*

## **SITUANDO A DISCUSSÃO**

Ao analisar grande parte dos discursos científicos da primeira metade do século XX verificamos que os mesmos, com o desenvolvimento econômico e educacional do Brasil, foram atravessados pela preocupação em constituir determinados modelos de homens e mulheres. Para tanto, observa-se, nestes discursos, que foi por meio de sutis aparatos educativos e marcadores disciplinares que a população foi sendo controlada e conduzida para determinados fins e propósitos sociais e educativos, numa mostra de seu exercício de “governo”. Em tais discursos, os cientistas se auto atribuíram a tarefa de mapear as estratégias capazes de construir um corpo social sadio, diferente daquele deixado pela miscigenação racial: herança do período colonial (SCHWARCZ, 1993).

Os discursos científicos brasileiros dos primeiros decênios do século XX trouxeram do século XIX variados questionamentos e preocupações sobre a constituição e o cotidiano da população do País. A partir de seus métodos, acreditava-se que o positivismo era capaz de possibilitar os “avanços” necessários à civilidade<sup>1</sup>. Ancorada na ideia de que a ciência era a única capaz de produzir conhecimento verdadeiro, os positivistas afirmavam que uma teoria correta era aquela comprovada através de métodos científicos válidos. Para eles, o progresso dependia exclusivamente dos avanços científicos. Dessa forma, colocar em prática a engenhosa ideia de progresso da nação, aliada ao avanço, à inovação e à ordem como importantes na formação de um sujeito moralmente integrado na sociedade oportunizou não apenas a propagação dos ideais positivistas, mas, também, a constituição de um “ideário educacional civilizatório”. Com efeito, projetou-se a escola como instituição de produção, fabricando para ela uma tecnologia cada vez mais hábil e servil, o que marcou significativamente as práticas pedagógicas de regulação e condutas elaboradas e constituídas, precisamente, em seu interior.

Nesse sentido, se na maior parte do século XX as paixões, o descontrole e os conflitos eram associados ao atraso e, em certo aspecto, à crença na incapacidade racional feminina, por outro lado, o autocontrole, a solidariedade e o respeito pelos interesses coletivos eram associados à

---

<sup>1</sup> Entendida como um conjunto de regras e relações sociais harmônicas que possibilitava à sociedade o desenvolvimento econômico e político. Segundo esses intelectuais, França e Estados Unidos eram os exemplos máxime dessa civilidade.

---

civilidade e reservados ao universo masculino. Essa “uniformidade” almejada nos comportamentos femininos e masculinos remetia, à escola, a necessidade da execução de sua “maquinaria”, a qual seria capaz de garantir a construção e permanência de tais posturas. Tal uniformidade se via traduzida na produção de hierarquias ao fracionar o saber em disciplinas e esquadrihar a arquitetura desse espaço escolar, racionalizando o tempo, promovendo a individualização dos sujeitos na execução de suas tarefas e a maximização da sua produtividade.

A História da Educação Brasileira nos sinaliza que a escola nunca funcionou de forma homogênea, atuando em seus espaços inúmeras correntes ideológicas e interesses. Mas, é unânime, que as expectativas sobre homens e mulheres estiveram às voltas dos valores heterossexuais e androcêntricos. A partir disso, percebemos que a escola, nos discursos produzidos pela ciência positivista da primeira metade do século XX, reafirmou sua conotação repressiva sobre os corpos dos sujeitos, criando ações criativas sobre formas de interpelar os sujeitos de modo a configurarem os modelos sexuais preconizados pela ciência e ao progresso idealizado.

Buscaremos problematizar, a partir da análise dos discursos de três expoentes da intelectualidade brasileira: Leonídio Ribeiro, Afrânio Peixoto e Iracy Doyle, a conexão entre “homossexualismo<sup>2</sup>”, escola e família na primeira metade do século XX. Para tanto, ao pesquisar as condições externas de possibilidade de existência e de formação de saberes da ciência sobre o homossexualismo no Brasil do século XX, nos indagamos acerca das formas de poder que tiveram por público-alvo o sujeito, considerando esses saberes como aqueles dispositivos estratégicos e produtivos de formação. Com isso, objetivamos debater de que maneiras as práticas sociais produzidas a partir dos discursos da ciência puderam constituir domínios de saber, que fizeram surgir outras formas de sujeitos e, portanto, de sujeitos de conhecimento ou a serem constituídos a partir dos conhecimentos. A proposta é apresentar algumas pistas de como foi constituído, na primeira metade do século XX, um certo “saber” sobre o homem e sobre a mulher, de sua “normalidade” ou “anormalidade”, a partir de práticas sociais de controle, de vigilância e, sobretudo, de exame do homossexualismo.

Desse modo, neste texto nos centraremos nos “discursos” científicos e os tratamos como o efeito de sentidos, compreendendo-o como implicado nos sistemas de significação que supõe a relação destes com a exterioridade. Logo, sem a história das coisas não se produz/existe sentido. Em outras palavras, a inscrição da história na língua faz com que ela signifique as coisas (ORLANDI, 1994). Diante das intencionalidades, estruturamos este artigo em dois eixos centrais:

---

<sup>2</sup> Usaremos os termos *doença*, *homossexualismo*, *desvio* e *inversão sexual* quando da descrição dos discursos dos autores. Essa estratégia tem por objetivo demarcar o caráter histórico das produções

---

no primeiro, propomos refletir mais amplamente sobre a criação do corpo/sujeito homossexual nos discursos científicos da primeira metade do século XX; e, no segundo, analisaremos o caráter que os instrumentos educacionais<sup>3</sup> assumiram na prevenção e cura da homossexualidade. Para tanto, recorreremos a publicações do médico-legista Leonídio Ribeiro (1932; 1935; 1938), do jurista Afrânio Peixoto (1934) e da psiquiatra Iracy Doyle (1956).

### CRUZANDO AS FRONTEIRAS DA REGULAÇÃO

Em grande parte dos discursos realizados pelos *Hommes de Lettres* – os intelectuais – os valores e os códigos sociais existentes no Brasil passaram a orientar suas preocupações e permitiram trazer à tona discussões problemáticas, a exemplo de nação, identidade nacional, raça e sexualidade durante a primeira metade do século XX.

Eram os médicos que se destacavam entre os *Hommes de Lettres*<sup>4</sup>. No final do século XIX e grande parte do século XX, eles atuavam como uma espécie de cientista social que integrava à sua lógica a estatística, a geografia, a demografia e a educação: tornaram-se uma espécie de planejadores urbanos. Seus saberes centravam-se sobre uma discussão de higiene pública, que pensava uma atuação diária sobre as populações com moléstias, mas que acabou cedendo lugar a uma política eugenista nos anos de 1930, separando a população entendida como “enferma” daquela marcada como população “sadia” (SCHWARCZ, 1993).

A doutrina positivista, com seus métodos baseados nas ciências da natureza, permitia aos médicos assumir ares de educadores, outorgando-lhes a corresponsabilidade de orientação e organização da sociedade, sobretudo, nos centros urbanos. Na articulação para enquadrar o Brasil na civilidade encontrava-se a necessidade de inserir a população nas preocupações coletivas defendidas pela ciência. É importante destacar que, para os intelectuais que pensavam o Brasil na primeira metade do século XX, o sentimento de nacionalidade ainda estava moldado por valores considerados atrasados, a exemplo da presença da cultura portuguesa e/ou africana. Silvio Romero (2013), considerado o fundador da moderna crítica historiográfica no Brasil, apontou a necessidade

---

<sup>3</sup> Entendam-se como instrumentos educacionais o conjunto de articulações e redes que formam e *re-formam*, educam e produzem efeitos sobre o corpo e sobre a forma como o indivíduo projeta-se na sociedade.

<sup>4</sup> Entendemos que os estatutos médicos não são suficientemente fortes se funcionam e intentam programar seus saberes sozinhos. Nesse caso, os saberes jurídicos, e suas sequelas nas políticas públicas, e o apoio religioso são parceiros fundamentais nessa corrida pela normatização e normalização de comportamentos e fecham um ciclo de governo eficiente sobre os indivíduos. Esses discursos caminham entre uma lei social criada e recriada pelos discursos (normatizada) até se constituir em lei natural (normalizada), atravessando os sujeitos a tal ponto que passa a fazer parte da existência desses sujeitos, alojando-se em seus inconscientes. Nesse caso, um inconsciente que se constitui *com e na* cultura, com a naturalidade das configurações sociais e que de nada tem a ver com um discurso psicanalítico.

---

de o país voltar-se para padrões sociais da Europa, rechaçando os decadentes e atrasados valores de matriz portuguesa. Esse autor indicava, ainda, a marcação “defeituosa” que as culturas indígenas – autóctones – e africanas – diaspóricas – imprimiam à cultura brasileira quando aconselha as autoridades do país a investirem em políticas imigratórias, as quais promoveriam o branqueamento da população e seu consequente desenvolvimento e “iluminação”.

Pensando conhecer a sociedade brasileira, os intelectuais defendiam a implantação de um projeto educacional civilizatório. A escola tomava ares de articuladora e, acima de tudo, passava a ter o papel de preparar a população para as demandas necessárias à civilidade que tinha na Europa seu maior modelo. No *Jornal do Comércio*, de 26 de julho de 1933, no artigo “No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo”, o médico Miguel Couto afirma que “não há grande povo que não possua grande saber” (p. 26), ou seja, para a civilidade era necessário um projeto educacional e científico.

Na década de 1930, a jurisdição estatal passou a regulamentar a organização e o funcionamento do sistema educacional, submetendo-o, assim, a seu controle direto. A política intervencionista do Estado Novo fixou os postulados pedagógicos necessários à educação, tendo em vista um conjunto de valores, dentre os quais figuram a nacionalidade, a disciplina, a moral e o próprio trabalho. Apesar do dinamismo do Estado Novo, ele deve ser observado como um emaranhado de variações significativas incapazes de possibilitar uma ideia central eficaz; contudo, suas principais ações giravam em torno da centralidade do trabalho (GOMES, 1944). O Estado Novo representou, historicamente, uma etapa no processo de incorporação à vida política das novas camadas sociais que acompanhavam o desenvolvimento econômico do Brasil. É nesse cenário que reemerge, agora no âmbito das políticas do Estado, os discursos científicos sobre o homossexualismo.

As primeiras investigações sobre práticas homossexuais no Brasil, com um caráter mais institucionalizado, emergem na intelectualidade brasileira, influenciada pelos franceses, italianos e alemães. Seus discursos buscavam na experiência científica construir o corpo e descrever os desejos homossexuais.

Os questionamentos sobre o homossexualismo, nome atribuído pelo discurso médico a práticas sexuais entre sujeitos do mesmo sexo anatômico (o órgão determinava o sexo), podem ser explicados, ou melhor entendidos, se levamos em consideração a revisão do Código Penal que ocorria no Brasil na década de 1940.

---

Graças às investigações científicas desenvolvidas no Brasil, influenciadas pelos discursos europeus, a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo foi considerada uma seqüela da “doença” homossexualismo, o que não a levou ao *status* de crime. Não diferente do que havia ocorrido anteriormente. Em 1830, a partir da promulgação do Código Penal Imperial, realizada por Dom Pedro I, o homossexualismo – ou sodomia, havia deixado de ser considerado uma transgressão à lei, o que, todavia, não impediu que outras estratégias criminalizantes fossem criadas como poderes disciplinares inseridos numa sociedade de controle a fim de sancionar as práticas homossexuais, como foi a questão dos chamados “atos indecentes” (GREEN, 2000).

Algo foi comum nas poucas investigações sobre o homossexualismo na maior parte do século XX: nem todas se limitaram à criação do corpo homossexual. Algumas se voltaram a ensinar os cuidados necessários à sua prevenção. Nesses discursos científicos, a prática homossexual, sobretudo a masculina, ganhou uma configuração identitária, um estatuto corporal, um diagnóstico: manifestação genuinamente urbana, predominantemente masculina e resultado direto de configurações biológicas e educativas. Eis a construção brasileira do corpo do homossexual.

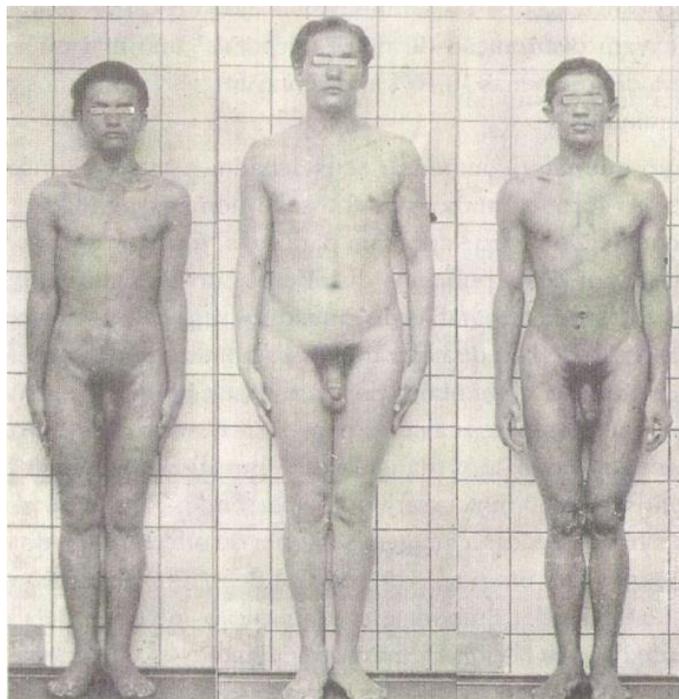


Figura 1: RIBEIRO, L. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932. p. 104. A imagem retrata um exame antropométrico<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Nos resultados das pesquisas feitas no Laboratório de Antropologia Criminal, os homossexuais masculinos apresentavam os membros superiores e a genitália maiores que os heterossexuais, e seus pelos pubianos tinham contornos triangulares, semelhante aos das mulheres, quando deveriam apresentar pelos pubianos hexagonais, entendidos como protótipos masculinos.

---

Dada a configuração assumida pelos discursos científicos sobre o homossexualismo feminino, elegemos abrir um parêntese e discuti-lo, aqui, de maneira mais detida. O lesbianismo foi pouco estudado no Brasil. No geral, quando abordado, era por intermédio de releituras de textos dos médicos Gregorio Marañon e Havelock Ellis. Ambos recorrem à psicanálise freudiana para buscar os argumentos quanto à “origem” dessa prática sexual. Eles se baseiam em um estudo de caso de lesbianismo analisado em 1920, publicado no Brasil com o título “Psicogêneses de um caso de homossexualidade em uma mulher”. Nesse estudo, Sigmund Freud descreve que a maturação do erotismo feminino exige a transposição da fase clitoridiana para a fase vaginal; passo simétrico deveria ocorrer com o amor materno ao paterno. Razões diversas podiam abortar esse desenvolvimento, eis algumas: a mulher que não se resigna à castração, que nega a ausência do pênis e/ou que desenvolve uma fixação pela mãe e busca substituir o pênis pela autoridade do homem: a inveja do pênis.

O único trabalho sobre lesbianismo realizado no Brasil por uma mulher entre os anos de 1920 e 1980 denomina-se “Contribuições ao Estudo da homossexualidade feminina”, da psiquiatra Iracy Doyle, que irá mais uma vez seguir os caminhos de Freud, e isso provavelmente porque ela não tenha lido a autobiografia do autor lançada em alemão em 1935, na qual Freud afirma que as cognições sobre a sexualidade infantil que ele havia formulado ao estudar os homens, a despeito de o paralelo com as mulheres ter sido entendido como algo natural, revelou-se sem fundamento.

Com a supervisão da Dra. Clara Thompson, a partir do caso de uma paciente, denominada “Carmen”, Doyle discorre sobre a homossexualidade desta nos anos de 1943-1946. A psiquiatra teve também participação no trabalho com crianças, desde a década de 1930, quando se tornou membro da Conferência Nacional de Proteção à Infância. Posteriormente, viria a ser uma das primeiras especialistas em psicanálise de crianças no Brasil.

Ao analisar, a partir dos postulados freudianos, o comportamento da paciente “Carmen”, apreenderá a homossexualidade feminina como uma poderosa admiração pelo poder exercido pelo pai e como uma repulsa incalculável à passividade representada pela figura materna. Assim, Doyle (1956) concluiu que

[...] para o desenvolvimento harmonioso da menina, é também imprescindível a presença, no grupo familiar, de uma figura feminina, maternal, que se imponha como exemplo a ser imitado; que interprete a feminilidade como algo digno quanto à masculinidade; que não se apresente como criatura humilhada de cabeça baixa, resignada e amedrontada (p. 107).

---

Essa alternativa evitaria o que a autora chamou “complexo edipiano invertido”. Ainda que a psiquiatra concorde com os demais autores brasileiros que irão descrever o lesbianismo ou o homossexualismo masculino como doença, ela irá na contramão deles para buscar a cura e/ou a profilaxia do homossexualismo feminino. Enquanto os demais pesquisadores reforçam os estereótipos de homens e mulheres como alternativas à cura da homossexualidade, ela, por sua vez, irá defender a autonomia das mulheres nesse sentido.

Apesar da escassez de produções sobre práticas sexuais e afetivas entre mulheres, posto que a ciência voltava-se ao corpo masculino, entre os poucos livros, destaca-se a publicação de *Inversão sexual*, do Jurista Afrânio Peixoto<sup>6</sup>. Para o autor:

As amizades ardentes que as meninas criam nas escolas e nos pensionatos, entre si e com as maestras, constituem assunto de interesse psicológico considerável e grande valor prático. Esses amores infantis, meio termo entre a amizade e a paixão sexual, encontram-se em todos os países onde as meninas são colocadas juntas para a instrução, e os sintomas são regularmente uniformes, ainda que variando de intensidade e de caráter, segundo os tempos e os lugares, tomando, às vezes, forma epidêmica (1934, p. 54).

A escassez de discursos sobre a prática lésbica merece uma reflexão à parte e nos remete à própria forma com que a mulher foi elaborada pela ciência durante quase toda a Modernidade. Como receptora, seu corpo não expressava prazer e inclusive isso era indicativo de desvio moral; se tal cenário povoou o imaginário social, os discursos produzidos pela ciência também reproduziam um papel submisso da mulher frente ao prazer masculino. Se o ato sexual de uma mulher remetia obrigatoriamente à presença de um homem, sobretudo por conta do falo, não se fazia prioritário um discurso preventivo sobre o lesbianismo, e isso se aprofundava à medida que o espaço da mulher se limitava ao âmbito do privado e ao controle patriarcal. Sobre isso, vale dizer que às mulheres estavam reservados os espaços privados, com *o lar* como seu local de atuação por excelência; aos homens, por outro lado, descobria-se toda a liberdade das ruas e, sobretudo, o fazer político e, com ele, o domínio e o exercício do governo tanto dos espaços privados quanto dos espaços públicos.

---

<sup>6</sup> Exponente da intelectualidade brasileira, defensor e articulador da “Escola Nova”, defendia a presença do médico escolar. Para ele, a escola deveria configurar-se como palco de atuação do professor e também do exercício médico. O espaço físico, o mobiliário, o currículo e o horário escolar deveriam passar pela supervisão científica, somente isso, na opinião do autor, seria capaz de assegurar o pleno funcionamento e o desenvolvimento saudável da sociedade. Essa defesa de Afrânio Peixoto, em certa medida, já configurava o lugar do professor no projeto científico-civilizatório inaugurado na primeira metade do século XX.

---

O matrimônio era a prática destinada à correção do desejo lésbico numa mostra do exercício do poder disciplinar sobre a figura feminina. Essa *situação multifacetada de cárcere*<sup>7</sup>, à qual as mulheres foram submetidas também era empecilho às investigações sobre suas práticas homossexuais.

A autoridade androcêntrica e patriarcal é tão expressiva nos discursos científicos sobre a homossexualidade que a figura da mãe tornava-se a principal corresponsável pela manifestação do homossexualismo nos filhos. Sob nenhuma circunstância a figura paterna ganhou relevo significativo nos inquéritos científicos quando se quis apontar “os culpados” pelo homossexualismo. No caso dos filhos, os chamados “mimos maternos”, a realização de tarefas domésticas referenciadas às mulheres, a ausência de esportes competitivos e agressivos e a carência de referenciais masculinos eram arranjos que poderiam resultar na manifestação da doença nos sujeitos predispostos ao homossexualismo. Já no caso das filhas, como já dito, Freud era invocado com vistas a governar os corpos das mulheres nesses discursos.

A forma patológica em que era vista a homossexualidade entre os/a autores/a não era a única coisa que lhes aproximava; o papel da educação familiar, em particular as práticas das mães e a escola, irão se configurar como espaços privilegiados de suas análises. Nesse cenário elaborado pelos cientistas, a escola e seus profissionais ganharam relevo nos discursos de prevenção ao homossexualismo. Seus espaços, instrumentos e atores deviam sofrer a ação da fiscalização e do controle. Os professores assumiram, no discurso de prevenção ao homossexualismo, a tarefa de alertar os pais sobre os transtornos observados nos comportamentos de seus filhos e suas filhas.

Com um diagnóstico como esse, os esportes mais agressivos assumiam a tarefa de corrigir a masculinidade, e à escola caberia uma responsabilidade profilática. A escola possuía a tarefa de identificar os primeiros sintomas do homossexualismo. Nesse sentido é que se pontua o processo de escolarização como um processo de controle e regulação que possibilitou a constituição de um conjunto articulado de saberes e de expertises que tinham como tarefa a identificação do homossexualismo e sua reconstituição à norma heterossexual. Como alternativa às curiosidades presentes no universo da infância, os discursos de prevenção ao homossexualismo buscavam na escola mista uma forma de coibir o contato íntimo entre crianças do mesmo sexo e manter a “natureza” dos comportamentos sexuais.

---

<sup>7</sup> Significa dizer que o controle sobre o corpo e o desejo não era somente influenciado por forças externas exercidas pelos mais variados sujeitos e instrumentos pedagógicos. Essas forças, que funcionam como práticas educativas, provam sua eficiência quando conseguem marcar a subjetividade de tal modo que a rebeldia e a sexualidade se alojam no âmbito do privado, no universo restrito de sociabilidade e ao (auto) controle sobre as expressões do corpo.

---

Dadas as situações postas com o cruzamento entre a manifestação da doença, as práticas educativas escolares e os cuidados maternos, a eficácia da prevenção e a sua “cura” dependiam dos recursos disponibilizados pelo Estado, segundos nossos *Hommes de Lettres*. Isso significa dizer que caberia a esse órgão a intervenção direta ou indireta na estrutura dessas práticas. A “inversão sexual”, mais do que o simples ato íntimo entre iguais, representava uma ameaça à própria organicidade do ideal de sexo e, portanto, do ideário de homem e de mulher. Em um primeiro momento pelas expectativas que aproximavam os homens homossexuais da suposta fragilidade, irracionalidade e incapacidade da mulher e, posteriormente, pela crença de que o homossexualismo tinha como um de seus principais sintomas a vadiagem<sup>8</sup>.

A reflexão em torno da vadiagem assemelha-se, em muito, aos sintomas atribuídos ao lesbianismo. Nos discursos, os sintomas psicopatológicos das lésbicas reforçam a imagem de mulheres agressivas, cruéis, capazes de matar ou de morrer em nome do amor e da paixão. Elas poderiam apresentar comportamentos sadomasoquistas para conseguir maior excitação sexual, assim uma ânsia de domínio ativo sobre a mais jovem e passiva: conexão entre a que faz sofrer, a ativa sádica, e a que gosta de sofrer, a passiva masoquista.

A identificação do homossexual, via de regra, descrevia a composição física do homem por meio da anatomia e da subjetividade da mulher e dos comportamentos das lésbicas mediados por características de descontrole. Ainda que as lésbicas tenham sido correntemente nomeadas com as categorias de *virilismo* ou *masculinismo*, fazendo menção às práticas dos homens, em nenhum dos discursos sobre seu “corpo enfermo” foram vistos sintomas que os tornassem semelhante aos comportamentos valorizados dos homens.

Esse *masculinismo*, ainda que remetesse à palavra “masculino”, em nada se associava ao universo dos homens, mas, sim, aos discursos sobre uma suposta histeria da mulher. Nesse sentido, em ambos os sexos, o que mediava os discursos era uma mirada desqualificadora dos comportamentos que, culturalmente, significavam, via estereótipos, as mulheres. Se os discursos produzidos para os homens encontravam no comportamento feminino sua referência analítica, o contrário não ocorria quando se tratava de analisar os comportamentos das mulheres lésbicas. Os discursos sobre elas eram produzidos em torno da intensificação do descontrole e das emoções já caracterizadas como pertencentes ao universo feminino.

---

<sup>8</sup> Vários sujeitos identificados como homossexuais nas décadas de 1920 e 30 foram detidos para investigações no Laboratório de Antropologia Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal. O objetivo era definir o biótipo, comportamentos, desejos e redes profissionais. Essas apreensões, verdadeiros *sequestros*, eram baseados no Código Penal brasileiro de 1890, nos artigos Art. 399 (vadiagem), Art.266 (atentado ao pudor) ou Art.267 (ultraje público ao pudor).

---

Mesmo com a nomeação de doença, em nenhum momento observamos, nos discursos científicos sobre o homossexualismo, a justificativa da violência para solucionar possíveis manifestações. Pelo contrário, ela era responsável pelo aparecimento do considerado “desvio sexual”, na medida em que a violência doméstica e a segregação escolar ou do trabalho eram requisitos que poderiam levar o “doente” a buscar, em redes sociais, o acolhimento e, portanto, a manifestação dos sintomas homossexuais de forma mais acentuada.

Pensando a partir dos projetos educacionais expostos à família e à escola, essas instituições reafirmaram suas conotações repressivas e produtoras de discursos, na medida em que eram elas as corresponsáveis por preestabelecer os papéis e, principalmente, a função dos sujeitos em seu interior e mais amplamente na sociedade. A educação sanitária e higienista estabelecida nas escolas com o caráter preventivo de oportunizar *a formação moral do corpo produtivo* carregava a prerrogativa de promover o ensino com a proposta de constituir uma população ativa e suficientemente eficiente para o trabalho e, ao mesmo tempo, afastá-la dos desvios da identidade sexual desviante. Durante décadas, as indagações sobre o homossexualismo foram fortemente ancoradas nas representações sexuais ou atreladas a discursos patológicos. De acordo com Foucault (2001), entre os saberes que se destacaram na disputa pela verdade sobre a sexualidade, ainda que por meios e motivos diferentes, foram: o médico, o jurídico e o religioso. Entretanto, o autor observa a presença e importância do saber pedagógico utilizado pelos demais como veículo de prevenção, repressão e/ou correção das práticas nomeadas anormais. Para o autor, a escola é o espaço por excelência das pedagogias preventivas e coercitivas.

Na interação entre os saberes médicos e pedagógicos estavam o projeto de civilidade defendido por Ribeiro, Peixoto e Doyle. Nos discursos e nas metodologias científicas que se operavam nas práticas médicas e nos saberes docentes que preconizavam nossos *Hommes de Lettres*, o Estado tinha o papel de intervenção nas fronteiras da vida privada. Com este cenário, a medicina era o ponto de legitimidade e de apoio aos códigos e valores liberais, enquanto a escola auxiliava na construção do “bom cidadão”: o trabalhador. Em última instância, a educação visava à organização de uma mão-de-obra treinada, sadia e disciplinada para o trabalho urbano, a partir de padrões da moralidade defendidas por esses intelectuais.

### **QUEM DEVE FALAR E QUEM DEVE EXECUTAR NA ESCOLA**

Para os *Hommes de Lettres*, era necessário identificar no povo as inúmeras caras que o constituía, as ações que viessem a criar transtornos nos interesses sociais, as influências que pudessem e viessem a retirar da ordem o brasileiro economicamente ativo e garantir a renovação da

---

força trabalhadora. Influenciada pelos franceses e italianos eles buscaram, na experiência científica, construir o corpo e manusear os desejos homossexuais. Essa construção desprezava aspectos sociais e culturais e interpretava a medicina europeia como uma revolução de utilidade pública. Entre os que se destacaram nesta produção discursiva encontrava-se o médico legista Leonídio Ribeiro. Seguindo os padrões do italiano Cesare Lombroso, Ribeiro fundou no Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas, o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação da Polícia Civil. Suas pesquisas tinham como objetivo “heterossexualizar” os homossexuais.

No interior das investigações lideradas pelo médico-legista, encontrava-se a disputa entre o saber médico e o saber jurídico. A preocupação biocientífica para obter resposta ao questionamento sobre a homossexualidade pode ser explicada através da revisão do Código Penal de 1940. Nessa, a homossexualidade ganhou ares de contravenção na Comissão Legislativa através do projeto de lei n.º 258, do professor Alcântara Machado, cujo projeto afirmava que “os atos libidinosos, entre indivíduos do sexo masculino, serão reprimidos quando causarem escândalos públicos, impondo-se a ambos os participantes, a detenção de até um ano” (RIBEIRO, 1932, p. 103). Para Ribeiro, a finalidade das leis não poderia ser apenas a de repressão, mas sim, o de proteger a coletividade e a de defender o indivíduo. Na concepção do autor, era necessário encontrar soluções mais justas e humanas aos sujeitos identificados como homossexuais: não deveriam ser eles sentenciados à prisão.

As pesquisas realizadas pelo Laboratório de Antropologia Criminal foram o apoio de Ribeiro no diálogo com a Comissão Legislativa. As conclusões basearam-se nas pesquisas realizadas pelo espanhol Marañón e o italiano Lombroso e convenceram a Comissão Legislativa. A proposta de criminalização do homossexualismo foi recusada. As pesquisas realizadas pelo médico-legista não se limitaram à identificação da “inversão sexual”, pois suas preocupações ampliaram-se no sentido de despertar nos pais os cuidados necessários à sua prevenção em seus filhos.

Nesse cenário, a escola e seus profissionais ganharam relevo nos discursos de prevenção. Seus espaços, instrumentos e atores deveriam sofrer a fiscalização e o controle. Essa maquinaria – *disciplinar, civilizadora, governante e pedagógica* – introduziu uma variedade de instâncias e ações no interior das escolas no sentido de possibilitar o exercício regulador da sexualidade. Assim, segundo Ribeiro (1938, p. 91-92), “ganha papel fundamental, os erros ou defeitos de educação [...] e dos professores [...]. Por isso desejo alertar os pais para que evitem os erros pedagógicos que irão privar os jovens dos elementos capazes de permitir a formação da sexualidade normal”.

Ribeiro, que orientou sua carreira acadêmica também na direção da “cura” dos “males homossexuais”, discutiu e levantou a preocupação imediata com os espaços em que os indivíduos

---

estavam inseridos. Trabalhando com a perspectiva de que a homossexualidade era originária de desvios biológicos, Ribeiro defendia que o desvio somente se manifestava através e impulsionado pelas relações sociais. Portanto, a escola ganhava papel fundante na profilaxia. Destacava-se a defesa intransigente da escola mista. Ribeiro acreditava que o contato de crianças do sexo masculino com as do sexo feminino inibiria a curiosidade em conhecer o corpo do igual e estimularia o interesse pelo corpo do sexo oposto. Afirmando que “observações e pesquisas de muitos anos sobre o assunto confessaram que as influências da educação são decisivas, no aparecimento da homossexualidade” (RIBEIRO, 1938. p. 92). Assim, a escola deixou de ser apenas uma preocupação dos profissionais de ensino e suas dinâmicas passaram a se configurar como espaço privilegiado de diversos saberes científicos.

Nesse cenário, a família seguia os mesmos padrões e valores da escola, sobretudo no que tange aos cuidados, eixos que estiveram presentes nos discursos sobre a prevenção à homossexualidade.

Conhece mães que desejam ter meninas e deram à luz a meninos, tratando e vestindo, por isso, desde o nascimento, como se fosse do outro sexo. As consequências foram às exaltações das qualidades femininas e, mais tarde, o aparecimento de uma homossexualidade passiva. Atrás da inversão sexual, se oculta o medo em face da mulher... Nos lares em que a mãe é a senhora, pode-se formar, na alma do filho, a perigosa tendência para nunca se submeter à influência de uma mulher (RIBEIRO, 1975, p. 92).

Apreende-se a defesa de que para garantir a eficácia do projeto de prevenção e de cura da homossexualidade, o Estado deveria intervir direta ou indiretamente na estrutura da família e nas práticas escolares. Nos discursos de prevenção à homossexualidade, a violência era apontada como corresponsável por sua manifestação. Esses discursos alegavam que os indivíduos “vítimas” de inversão sexual não poderiam ser responsabilizados e condenados pelos seus atos “ímorais” e “infectos”.

Expulsos dos colégios e locais de trabalho, marcados com a pecha informante de invertidos sexuais, vêm-se forçados, por isso mesmo, a procurar a convivência dos meios frequentados por seus companheiros infortúnios, onde são sempre acolhidos com o espírito do proselitismo que os caracterizam (p. 84).

Essas precauções e cuidados são de grande utilidade nos ambientes familiares desajustados e instáveis. Para remediar essas dificuldades era necessário estudar e conhecer as personalidades e os temperamentos das crianças, desde a primeira idade até a juventude, por meio de testes e exames clínicos orientados por médicos especializados, psicólogos e *educadores idôneos*. As práticas

---

pedagógicas eram recorrentemente citadas nos discursos científicos sobre o homossexualismo. Para esses “especialistas”, na rede de cuidado, o que se destacava era a preocupação com a iniciação dos alunos às práticas sexuais homossexuais *através e com* os educadores.

As preocupações com a educação e as crianças no Brasil parecem caminhar com os discursos sobre criminalidade, masculinidades, feminilidades e homossexualidade. Isso pode ser explicado de duas formas: primeiro porque se cruzavam os mesmos sujeitos que elaboravam estes discursos em vários espaços institucionais de poder e, segundo, porque esses discursos obedecem a uma perspectiva epistemológica hegemônica que em quase cinco décadas no Brasil teve repercussão, as teorias eugenistas<sup>9</sup>. Em 1936, quatro anos após a fundação do Comitê Central de Eugenio, foi criado o Laboratório de Biologia Infantil (LBI). Isso se reflete nas pesquisas realizadas e apresentadas no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, que ocorreu em julho de 1929, no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Academia Nacional de Medicina.

Entre os inscritos, encontravam-se importantes lideranças intelectuais das primeiras décadas do século XX, como Miguel Couto, Roquette-Pinto, Belisário Penna, Affonso de Taunay, Alfredo Ellis, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Leonídio Ribeiro. Distribuídos por seções temáticas, os participantes discutiram acaloradamente temas que envolviam “o futuro eugênico da nação”, como a seleção imigratória, o controle matrimonial, a educação sexual, o cuidado materno e infantil, [...] (SOUZA, V; SANTOS, R; COELHO, S.; HANNESCH, O; CARVALHO, C. 2009).

As pesquisas apresentadas no Congresso de Eugenistas, assim como a fundação do LBI, foram resultados de investigações e diálogos acadêmicos realizados na França, Bélgica e Itália nos “Centros médicos pedagógicos infantis”. O LBI foi criado oficialmente pelo art. 131 do Código de Menores e pelo art. 3º, da Lei 65, de 13 de junho de 1936, que autorizava o juiz de menores a organizar os serviços auxiliares do Juizado. Em 19 de julho do mesmo ano, o Laboratório passava a funcionar subordinado ao Juizado de Menores do Rio de Janeiro – Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Um dos primeiros abrigos de menores do Estado teve Leonídio Ribeiro como seu primeiro diretor. Essa primeira fase de funcionamento do Laboratório corresponderia às políticas sociais do primeiro governo de Getúlio Vargas, período político em que medravam as repressões.

---

<sup>9</sup> O termo foi cunhado em 1883 por Francis Galton e significa “bem-nascido”. O autor a definiu como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física seja mentalmente, ou seja, melhoramento genético. O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a ter um movimento eugênico organizado com a Sociedade Eugênica de São Paulo, criada em 1918. O movimento eugênico no Brasil foi bastante heterogêneo, trabalhando com a saúde pública e psiquiátrica.

---

O Laboratório ficava no antigo edifício da seção feminina do Instituto Sete de Setembro que estava desativado. Sua construção – assim como de outros projetos destinados a cuidar da infância abandonada e delinquente – recebeu apoio do juiz de menores José Burle de Figueiredo e da deputada federal Carlota Pereira de Queiroz. Entendia-se que o funcionamento do centro de estudos de crianças abandonadas e delinquentes auxiliaria os trabalhos da Justiça. Aos médicos do Laboratório cabiam a elaboração de pareceres e a indicação do tratamento mais adequado a cada caso. Por sua vez, o Juizado de Menores condicionaria suas sentenças aos resultados das pesquisas divulgadas pelo Laboratório. O edifício que sediou o LBI não destituiu sua vocação arquitetônica inicial, na década de 1920, esse prédio abrigava um efetivo permanente de crianças de ambos os sexos. O instituto, na época da criação do LBI, era um órgão de recolhimento e triagem de menores, em sua maioria meninos.

Pensamos que, das experiências no Laboratório de Biologia Infantil e no Laboratório de Antropologia Criminal, resultou sua indicação à prevenção do homossexualismo. Nas conclusões de Ribeiro, em muitos casos, especialmente quando está em jogo o filho único, a solução era o afastamento familiar e a intensificação de atividades na escola que possibilitassem o estímulo às expectativas comportamentais do sexo biológico. Outra ação recomendada era a repressão aos locais de concentração homossexual, quando destaca que “outro ponto fundamental do problema, que pode ser também encarado aqui, é a preocupação dominante entre os invertidos de conquistar, por todos os meios, novos adeptos de suas tendências sexuais anormais” (RIBEIRO, 1938, p. 178).

Nesses discursos, a homossexualidade deslocou-se do terreno moral/religioso para o científico. Assumiu o discurso de mais um “problema social” capaz de encontrar sua solução definitiva no campo da biologia, na intervenção familiar e na prevenção escolar. A medicina havia libertado os loucos da sentença da justiça, assim os homossexuais não deveriam, da mesma forma que os primeiros, passar pelos castigos carcerários e violentos exatamente devido ao caráter “psicótico” que eles assumiam. A escola, e mais amplamente os diversos espaços educativos em que se formavam os indivíduos, assumiu o mesmo discurso e fundamentou a reflexão sobre a constituição do corpo “doente” do sujeito homossexual e no modelo da masculinidade heterossexual.

## **CONCLUSÕES FINAIS**

Décadas após a publicação dos textos de Leonídio Ribeiro, Afrânio Peixoto, Iracy Doyle, os discursos e verdades em torno da homossexualidade ainda são frutos de disputas. As situações narradas orientam à ideia de que os corpos, significados com a cultura, foram tomados como textos

---

e interpretados no interior dos governos científicos. Percebemos que mesmo depois da despatologização da homossexualidade na década de 1980 no Brasil precisamos aprofundar as pesquisas e análises sobre as pedagogias escolares e culturais que nos interpelam, nos governam e significam socialmente formas de nos constituirmos sujeitos sexuais. Se levarmos em consideração os arranjos de gênero com outros demarcadores sociais (classe, raça, geração, religião, nacionalidade, identidades sexuais...) teremos infinitudes de apresentações. No campo da engenharia do corpo, são nessas infinitudes de apresentações que se inscrevem as articulações entre gênero, sexualidade e as pedagogias, ampliando para além dos processos familiares e escolares a *aprendizagem*, e não a determinação, da sexualidade. A partir desses cenários, deveríamos criar questionamentos sobre como determinadas características passaram a ser nomeadas e significadas enquanto marcas de uma identidade ou de outra. Neste texto, apresentamos alguns caminhos que justificam marcas presentes nos discursos sobre a construção do corpo homossexual. Mas é importante destacar a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre as condições sociais, políticas e econômicas que originaram as fontes documentais e as recomendações das práticas pedagógicas que tinham como preocupação as verdades que modelaram os corpos e as subjetividades dos homossexuais.

## REFERÊNCIAS

- CAMPOS, R. (Org.). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*: Pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- COUTO, M. No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo. Apud: *Jornal do Comércio*, 1933.
- DOYLE, I. *Contribuições ao Estudo da homossexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Imago, 1956.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, Vol. 1, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FREUD, S. *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher*. ESB, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GOMES, A. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GREEN, J. *Beyond Carnival: male homosexuality in twentieth – century Brazil*. Chicago: University of Chicago, 2000.
- ORLANDI, E. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, p. 52-59, 1994.
- PEIXOTO, A. *Sexologia forense*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934.
- RIBEIRO, L. Problema médico legal do homossexualismo sob o ponto de vista endocrinológico. *Revista Jurídica*, Rio de Janeiro, 1935. V.3.
- \_\_\_\_\_. *O Direito de curar*. Rio de Janeiro: s. ed., 1932. Tese (Livre-docência em Medicina Legal) – Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. *Homossexualidade e endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.
- ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SOUZA, V. et al. Arquivo de antropologia física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. *História, ciência. Saúde-Manguinhos*, vol. 16, n. 3, p. 763-777, 2009.

---

## RESUMO

Vários são os discursos sobre o processo civilizatório do Brasil da primeira metade do século XX que centralizam suas análises a partir do cruzamento de dois eixos: o comportamento sexual do brasileiro e a educação. Interrogando esses discursos, buscamos analisar a produção discursiva científica sobre homossexualidade e as pedagogias de formação do modelo brasileiro de cidadão. Ao nos focalizarmos nesse contexto histórico, concluímos que aos cientistas couberam as estratégias de produção do corpo social "sadio", enquanto que à escola coube a prevenção e o controle da homossexualidade. Ambos tinham como tarefa a promoção de doutrinas comportamentais aos cidadãos preconizados pelos desejos do Brasil republicano e positivista.

**Palavras-chave:** Ciência. Homossexualidade. Pedagogias.

## **HOMMES DE LETTRES AND HOMOSEXUALITY: SPEECHES AND PEDAGOGIES IN THE FIRST HALF OF THE 20<sup>TH</sup> CENTURY**

### **ABSTRACT**

There are several speeches about the civilizing process of Brazil from the first half of the twentieth century that centralize their analysis from the intersection of two aspects: the Brazilian's sexual behavior and the education. Questioning such discourses, we seek to analyze the scientific discursive production about homosexuality and the formation pedagogies of the Brazilian citizen model. When focusing in this historical context, we conclude that the production strategies of the "healthy" social body is given to scientists, while the prevention and the control of homosexuality is given to the school. Both had the task of promoting behavioral doctrines to citizens preconized by the wishes of the Republican and positivist Brazil.

**Keywords:** Science. Homosexuality. Pedagogies.

*Submetido em: outubro de 2014*

*Aprovado em: outubro de 2014*